

## 1 – PROBLEMAS PEDAGÓGICOS

(ARTIGO)

*T*em-se dito muitas vezes que o problema máximo para uma democracia é o problema da instrução. Algumas vezes se tem dito também que o problema é um pouco mais complexo: não é apenas de instrução, mas de cultura. Assim, dum lado temos aqueles para quem todo o progresso social, neste capítulo, se reduziria a diminuir o número de analfabetos e do outro aqueles para quem tal não basta. Somos dos primeiros? Certamente que não.

Não foi, porém, para dizer isto que começamos este artigo. O nosso intuito é pretender marcar onde acaba o analfabetismo e onde começa a cultura no nosso sistema oficial de ensino, ou antes, procurar a cultura nesse ensino. Não vamos, é claro, discutir o que entendemos ou deveríamos entender por cultura. Basta-nos só que todos admitam a distinção dos respectivos conceitos de instrução e cultura e conseqüentemente das realidades que eles pretendem exprimir. Todavia, para melhor nos entendermos, poderemos admitir um conceito geral de cultura, dizendo, por exemplo, que a cultura dum homem é a concepção do universo desse homem, entendendo-se por isto a procura da unidade de todo o ser, tendente à compreensão do seu universo e, portanto, da sua concepção. Podemos ainda dizer, para tornarmos mais geral o nosso conceito, que a cultura está mais na busca dinâmica, no esforço ansioso, que propriamente nos resultados dessa busca ou esforço.

Se assim é, e cremos que assim é, o fundamental em todo o sistema de ensino deveria ser o esforço permanente daquele que

aprende em procurar o tal plano de unidade ou compreensão a que acima nos referimos. Mas como pode aquele que aprende chegar à compreensão disto sem a sugestão salvadora daquele que ensina? Era a este inegavelmente que deveria caber, sobretudo, a glória suprema de sugerir e fazer compreender aos que aprendem tal finalidade de cultura.

Mas o meio, o método, o processo??... Em Portugal há mais um problema complexo e estranho a juntar a muitos outros igualmente estranhos e igualmente complexos. Não houve ainda uma reforma do ensino secundário que partisse da compreensão do que acabamos de dizer e, todavia, ainda que essa reforma tivesse sido publicada ou oficializada, nada daí teria surtido. Estão os nossos professores à altura de compreender as ideias gerais acerca de cultura e pedagogia? Pois se aqueles que os ensinam... etc. A culpa não é totalmente deles, provém em parte dos seus professores que, por sua vez, facilmente encontrarão as mesmas desculpas. Não é, contudo, das culpas que nós queremos tratar, mas dos professores do nosso ensino.

*Sabem os nossos professores que o que mais interessa não é ensinar?...*

*P*ara eles, para quase todos eles, o bom professor é aquele que ensina e, sobretudo, aquele que ensina muito. Ainda não sabem que o que menos interessa é ensinar. No entanto, isto é falso e falso por oposição, a mais terrível das falsidades. O bom professor sabe que pouco valor tem ensinar, que ensinar é o que menos lhe deve interessar. Para muitos, defendemos uma pedagogia esquisita. Seja. Mas antes de prosseguir deixemos dito que é para esta pedagogia que tendem os pedagogos ou os homens que, quando ensinam, refletem não só sobre o que ensinam mas também sobre o método a seguir para esse ensino resultar útil e eficiente. É isto que importa.

Todo o professor, pois, [que esteja] convencido [de] que a sua missão é ensinar, é um mau professor. A missão suprema do professor não deve ser projetar sobre o aluno, ou sobre a memória do aluno, tudo o que sabe a respeito do ramo de conhecimentos em que o Estado o especializou. A verdadeira missão do pedagogo consiste em despertar no aluno, melhor, no discípulo, um interesse suficientemente vivo para, por si mesmo, fazer a aquisição dos conhecimentos necessários à imagem do Universo que a ciência, por intermédio do professor, lhe deve sugerir. Isto é, a missão do

professor não deve ser transcendente ao aluno, querendo isto significar que o esforço de pensamento e o interesse de conhecer devem radicar e desenvolver-se no aluno de maneira imanente à sua personalidade. O mesmo é dizer que o ensino deveria desenvolver e enriquecer a personalidade daquele que aprende, sem em nada o seu ritmo evolutivo ser prejudicado pelo interesse programático daquele que ensina.

Mas como consegui-lo? A princípio isto parece difícil, ou até impossível. E para aqueles cujo pensamento não pode nunca ultrapassar os dados que a sua experiência restrita lhes forneceu, isto é uma utopia. Seja. Não precisamos deles. Para eles, este artigo terminou no último ponto final, se é que conseguiram chegar até lá. Para os outros, a possibilidade e o valor de tal pedagogia não poderão ser postos em dúvida. Continua, porém, de pé o problema do método.

Voltaremos a ele. Por hoje resta-nos indicar as duas grandes linhas a seguir para procurar uma boa solução.

Os programas (ou a ausência de programas) deveriam tender, antes de tudo, a dar ao ensino um poder de sugestão e compreensão em profundidade e não em superfície; depois, pretender fazer d[aquele] que aprende um homem consciente, um homem livre, um homem que seja ele próprio. Isto seria conseguido pelos homens, não pelos programas. Por uma espécie de professores que teria como máxima de toda a sua ação sobre os alunos o sagrado respeito pelas suas possibilidades e não os pretenderiam nunca mutilar e deformar, mas sim formar e completar.

Formar, não no sentido de lhes dar um aspeto exterior de bacharel, mas de enriquecer o seu conteúdo de vida espiritual; completar, não no sentido de fazer deles sábios antes do tempo, mas de os tornar consciências morais esclarecidas e sérias, capazes duma reflexão sempre em atividade, tendente a criticar e a criticar-se com elevação e profundidade. ❧

Porto, 1/1/32.

DELFIN SANTOS